

Í N D I C E

PREFÁCIO	13
ABREVIATURAS	17
INTRODUÇÃO	19

PARTE I

ORIGENS E REGIME JURÍDICO

CAPÍTULO I *A Intervenção do Estado na Economia*

1 — Causas da formação do SEE	27
2 — O Estado e a actividade económica	41

CAPÍTULO II *Critérios e Classificações*

1 — Relevância constitucional do SEE	49
2 — Delimitação dos sectores público e privado	52
3 — Composição do SEE	
3.1. Generalidades	54
3.2. Empresas Públicas	56
3.3. Sociedades de capitais públicos	66
3.4. Empresas de economia mista	67
4 — Origem patrimonial e funcional do SEE	70
5 — Criação do SEE	76
6 — Liquidação, fusão e cisão do SEE	84

CAPÍTULO III *Alguns Aspectos do Regime Jurídico*

1 — O problema do estatuto geral	
1.1. Generalidades	89
1.2. Âmbito de aplicação do DL 260/76, de 8.4	92
2 — Regime jurídico das EEP «stricto sensu»	
2.1. Traços gerais	97

2.2. Estrutura orgânica	101
2.3. Regime patrimonial	108
2.4. Regime financeiro	111
2.5. Regime do pessoal	123
2.6. Tribunais competentes	125
3 — Regime jurídico das sociedades de capitais públicos e das de economia mista	127

CAPÍTULO IV — *Relações entre o Estado e o SEE*

1 — Organização global do SEE	133
2 — Tutela e controlo das EEPs «stricto sensu»	139
2.1. Fundamentos e linhas gerais	139
2.2. Relações de tutela	142
2.3. Estrutura orgânica da tutela	145
2.4. Tipos de tutela	148
2.5. Controlo: tipos e mecanismos	155
3 — Tutela e controlo sobre as sociedades de capitais públicos e de economia mista	159
4 — Apreciação do sistema e do seu modo de funcionamento	161

PARTE II

IMPACTO ECONÓMICO

CAPÍTULO I — *A Dimensão do SEE*

1 — Introdução	
2 — As empresas públicas a nível nacional	176
3 — As empresas públicas nos diversos sectores	179
4 — Posição das empresas públicas nas maiores empresas europeias	185

CAPÍTULO II — *O Papel das Empresas Públicas como Instrumento de Política Económica*

1 — Introdução	195
2 — Os objectivos	
2.1. A regulação conjuntural	196
2.2. O desenvolvimento regional	198
3 — A experiência nalguns países da Comunidade	
3.1. Reino Unido	201
3.2. França	203
3.3. Itália	206
3.4. Irlanda	207

4 — Limitações na utilização da empresa pública para fins de política económica	210
---	-----

CAPÍTULO III — *Financiamento*

1 — Considerações sobre o modo de financiamento	215
1.1. França	216
1.2. Itália	217
1.3. Reino Unido	219
1.4. República Federal da Alemanha	220
1.5. Irlanda	221
1.6. Grécia	222
2 — Estrutura financeira	224
3 — Principais aspectos do financiamento das EEPP em Portugal	229

CAPÍTULO IV — *A Empresa Pública e o Planeamento em Portugal*

1 — O papel da EP na realização do Plano nacional	239
2 — Participação da EP no processo de planeamento	240
3 — Considerações sobre a forma como se tem processado, na prática, o planeamento das EEPP	242